

A EDUCAÇÃO NÃO PODE MAIS ESPERAR. REPOSIÇÃO JÁ!



**Dinheiro tem!
Basta priorizar a
educação**
pg. 2

**Novo Ensino Médio;
o abismo entre a propaganda
e a realidade**
pg. 3

**Como a Reforma
Administrativa
ataca os educadores(as)**
Contracapa

Agência para devolução: AGF Baltazar - CEP: 91130973 - Porto Alegre/RS

Informações acesse: www.cpers.org.br
ou ligue para: 51 3254.6000

Responsável:

Reintegrada ao
serviço postal em:

Informação escrita pelo
porteiro ou síndico

☐ Recusado
☐ Desconhecido
☐ Mudou-se
☐ Não procurado
☐ Ausente
☐ Falecido
☐ CEP
☐ End. Insuficiente
☐ Não existe número indicado

Ao Carteiro: Em caso de serviço de Devolução Eletrônica, por gentileza, efetuar a baixa deste objeto no Sistema CEDO, indicando o motivo de sua não-entrega.

EDITORIAL

O Rio Grande do Sul está em dívida com a educação

Não dá mais. São sete anos de salários congelados e direitos subtraídos. Sete anos de confiscos, calotes, atrasos e dívidas. Há sete anos o Rio Grande do Sul joga seus professores(as) e funcionários(as) de escola, na ativa e aposentados(as), para a miséria.

Os governos Sartori e Leite se elegeram com o discurso de sempre: "educação é prioridade." Na prática, há sete anos o Rio Grande do Sul prioriza qualquer coisa, menos a educação. A indignação transborda da categoria para a sociedade e ninguém aguenta mais este descaso. Nós fazemos a nossa parte. E o governo, quando fará a sua? Não dá mais para esperar.

Estamos em plena campanha salarial e só a luta e o envolvimento de todos e todas nos trará a vitória. É preciso unir forças e acreditar que, sim, é possível e urgente assegurar a reposição. O próximo ano será de eleições; o governador e sua base aliada na Assembleia Legislativa precisam sentir que os gaúchos não aceitarão o prolongamento dessa situação vergonhosa.

A hora é agora. Mobilize-se; participe dos atos presenciais, compartilhe os conteúdos da campanha nas redes, converse com seus colegas e amigos(as), pressione os vereadores(as) da sua cidade e os deputados estaduais(as). Vamos, todos e todas juntos, à luta em um só grito: Reposição JÁ!

Helenir Aguiar Schürer
Presidente do CPERS/Sindicato

DINHEIRO TEM

BASTA VALORIZAR O QUE IMPORTA E PRIORIZAR A EDUCAÇÃO, EDUARDO LEITE



R\$ 20,1 BI

é o que o Estado deixa de arrecadar ao ano por conceder isenções fiscais sem qualquer transparência;

R\$ 8 BI

é o que o Estado deixa de arrecadar ao ano por não combater a sonegação fiscal;

R\$ 340 MI

ao ano é o que o governo passou a confiscar dos aposentados(as) da Seduc após as mudanças na Previdência;

35%

das receitas é o que o RS deveria investir em educação de acordo com a Constituição Estadual, mas o percentual efetivo não passa de 28%;

19%

é o crescimento da arrecadação de impostos estaduais no 1º semestre de 2021, com ganho real de 12,8% em relação ao mesmo período de 2019, antes da crise sanitária;

62,2%

é o que o Estado destinou do Fundeb para a remuneração da categoria em 2020, enquanto muitos estados utilizam até 100%;

R\$ 141 MI

ao ano é o que o Estado paga somente com o "Prêmio Produtividade" a servidores(as) da Fazenda, além dos altos salários;

R\$ 2,35 BI

foi o saldo positivo do Resultado Primário do Rio Grande do Sul em 2020, quando o governo estimava um déficit bilionário.

EXPEDIENTE

sineta

Publicação do CPERS/Sindicato Filiado à CNTE - Av. Alberto Bins, 480 - Centro - 90030-140 - Porto Alegre - Fone: (51) 3254 6000. Presidente: Helenir Aguiar Schürer; 1ª Vice-presidente: Alex Santos Saratt; 2º Vice-presidente: Edson Rodrigues Garcia; Secretária Geral: Suzana Cecília Lauermann; Tesoureira Geral: Rosane Teresinha Zan. Diretores e Diretoras: Alda Maria Bastos Souza; Amauri Pereira da Rosa; Carla da Silva Cassais; Juçara de Fátima Borges; Leonardo Rodrigues Echevarria; Sandra Terezinha Severo Régio; Sônia Solange dos Santos Viana; Vera Maria Lessês. Jornalista Responsável: Luiz Damasceno (MTB 14325). Projeto Gráfico, criação, redação, diagramação e revisão: Veraz Comunicação (51) 3311 0274. Impressão: VT Propaganda (51) 3232 9739. Tiragem: 76.120 exemplares.



Novo Ensino Médio: precarização, desigualdade e empregos em risco

Implantado aos atropelos e gestado por entidades empresariais a partir do governo Temer, o Novo Ensino Médio chega ao Rio Grande do Sul em meio à pandemia, quando mal voltamos à sala de aula. No momento em que a prioridade deveria ser resgatar alunos(as) afastados e avaliar o aprendizado, cria-se outra ruptura pedagógica, sobrecarregando educadores(as)

A supressão dos componentes curriculares clássicos escancara a intenção; formar mão de obra barata para o mercado de trabalho. Enquanto ao aluno da rede estadual cabe o básico, a rede privada mantém o currículo integral, aprofundando o aperttheid educacional e erguendo novas barreiras para que os filhos da escola pública acessem a Universidade.

Além de precarizar a oferta ao alunado, abrem-se as portas para a precarização docente. A redução da carga horária em diversas disciplinas afetará diretamente milhares de professores(as), achatando salários e reduzindo o número de quadros.

ABISMO ENTRE A PROPAGANDA E A REALIDADE

Cerca de 370 municípios no Rio Grande do Sul contam com apenas uma escola pública de Ensino Médio. Parte significativa com poucas condições para construir itinerários próprios. Como garantir a formação integral dos estudantes? Mesmo em escolas mais estruturadas, o governo não dá o suporte necessário. É o caso da Presidente Roosevelt, de Porto Alegre, uma das 298 escolas piloto do Novo Ensino Médio.

Paola da Costa Silveira, supervisora e professora de Geografia, conta que a instituição possui os itinerários de Empreendedorismo e Expressão Corporal. “Deveriam ser itinerários aprofundando essas duas áreas, mas na prática não conseguimos. Além da pandemia, faltam recursos tecnológicos e formação docente focada para pedagogia de projetos”, relata.

A professora também critica a falta de autonomia e o direcionamento das práticas pedagógicas. “Na propaganda da Reforma, há muitas opções. Mas, na prática, as escolas são forçadas a optar por apenas duas áreas, o que acaba ampliando as disparidades entre alunos da rede privada e da rede pública”, continua.

DESMONTE E PRIVATIZAÇÃO

A professora Dra. Raquel Caetano, do Instituto Federal de Sapucaia do Sul (IFSul), observa que a proposta visa consolidar o ensino híbrido com metodologias que induzem à mercantilização da educação pública.

“Tanto de quem a formula, quanto ao seu conteúdo, baseado em projetos e programas de instituições e grupos alheios à escola pública, com um discurso de inovação, tecnologia, empreendedorismo e flexibilização.” Ela ainda pontua que há a tentativa de justificar às “juventudes” um protagonismo que não existe, pois a proposta é padronizada. “Será o retorno da dualidade educacional, um velho discurso em nova roupagem.”

O CPERS defende o respeito ao currículo debatido no chão da escola, a gestão democrática e a autonomia das escolas para desenvolverem seus projetos político-pedagógicos. É urgente envolver toda a comunidade escolar, incluindo pais e alunos(as), na defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, com gestão democrática e comprometida com a formação integral do cidadão.

Reforma Administrativa: a granada final de Bolsonaro e Guedes no bolso dos servidores(as)

Em fase avançada de debate no Congresso Nacional, a PEC 32 representa a destruição dos serviços públicos, das carreiras e dos direitos da categoria e do conjunto do funcionalismo público. É a granada final de Bolsonaro e Guedes no bolso dos servidores e

do povo brasileiro.

Com o apoio de grandes conglomerados de comunicação e poderosos interesses privados, a dita Reforma vale para os três poderes e não ataca castas realmente privilegiadas. Deputados, juízes e militares ficam de fora.

Sobra, mais uma vez, para aqueles(as) que ganham menos, em especial os profissionais da educação e da saúde pública. E, claro, para a população, que ficará com os serviços essenciais comprometidos e pagará caro para ter um atendimento precário.



Impactos para o conjunto da sociedade:

- ▶ Portas abertas para a corrupção; as novas formas de contratação escancaram as possibilidades de indicações políticas, apadrinhamento e perseguição a servidores(as) que não aceitem prevaricar;
- ▶ O fim do postinho e da escola pública. Serviços públicos gratuitos passarão a ser geridos pela iniciativa privada e cobrados. O que sobrar será ainda mais sucateado;
- ▶ Queda na qualidade dos serviços prestados, com profissionais ainda mais precarizados e mal remunerados.

Impactos para professores(as) e funcionários(as) aposentados(as)

- ▶ Fim da paridade e reajuste ZERO. Hoje, o mesmo reajuste recebido por educadores(as) na ativa é concedido a aposentados(as). Com a PEC, a paridade poderá ser extinta;
- ▶ Redução de vínculos do RPPS pode inviabilizar o pagamento de aposentadorias e pensões;
- ▶ Novo aumento das contribuições previdenciárias para suprir o déficit do RPPS.

Impactos para professores(as) e funcionários(as) na ativa

- ▶ Reajustes serão ainda mais raros;
- ▶ Extinção gradual dos planos de carreira, extinção do Regime Jurídico Único e fim da estabilidade e dos concursos públicos;
- ▶ Aumento da contribuição para a aposentadoria, da terceirização e dos vínculos precários;
- ▶ O servidor(a) poderá sofrer perseguição política e ser desligado;
- ▶ Grevistas podem ser substituídos por contratos frágeis e temporários;
- ▶ Fim da evolução de carreira exclusivamente por tempo de serviço;
- ▶ Fragilização do Sindicato, fragmentando a representação dos trabalhadores(as) e o poder de barganha da categoria.

MOBILIZE-SE!

O CPERS, junto à CNTE e à Frente de Servidores(as) Públicos no Rio Grande do Sul (FSP/RS), tem se organizado para derrotar a Reforma. Para barrá-la, será preciso mobilizar a categoria, informar a sociedade e pressionar os parlamentares sem descanso. Faça a sua parte! Acesse o site Na Pressão e envie mensagens aos deputados em todas as redes: <https://bit.ly/pec32pressao>